

Repartindo bolo solado

É preciso reduzir o peso do dispêndio público no PIB para assegurar o crescimento sustentado.

Márcio G. P. Garcia¹
28 de setembro, 2006

As eleições de domingo próximo ensejam um balanço do que foi realizado no último quadriênio. Coincidentemente, nesta última semana pré-eleitoral, foram divulgados pela imprensa dois estudos que, em conjunto, explicam bem a enorme vantagem que o Presidente Lula tem nas pesquisas, ao mesmo tempo em que evidenciam os problemas que devem ser resolvidos com urgência para garantir o crescimento do país.

Na sexta-feira passada (22/9), a FGV divulgou estudo coordenado por Marcelo Néri intitulado “Miséria, Desigualdade e Estabilidade: O Segundo Real”, mostrando significativos ganhos recentes no combate à miséria, à pobreza e à desigualdade. Sem dúvida alguma, uma notícia alvissareira.

Já o Fórum Econômico Mundial divulgou resultado de pesquisa entre executivos internacionais mostrando que o Brasil perdeu posição em relação aos demais países em termos de competitividade global. O ambiente macroeconômico (baixo crescimento, altos juros e elevada dívida pública), a baixa qualidade das instituições públicas e a corrupção foram fatores importantes para explicar a má colocação do Brasil (66^a) no *ranking*.

Estamos, portanto, repartindo menos mal os frutos do trabalho da nação, mas a geração de tais frutos torna-se crescentemente comprometida em um mundo cada vez mais competitivo. A posição privilegiada do Presidente Lula nas pesquisas parece refletir ganhos passados e presentes dos menos privilegiados. Para assegurar tais ganhos no futuro é imprescindível atentar para as formas de garantir a competitividade, a produtividade, o investimento e o crescimento.

O sucesso da política macroeconômica e de políticas sociais que está por trás do excelente desempenho do Presidente nas pesquisas de opinião reflete a continuidade de medidas adotadas desde o Plano Real. No plano político, esta afirmação suscita animadas controvérsias. A atividade política dá um enorme prêmio positivo à inovação. É, portanto, de se esperar que iniciativas de governos anteriores sejam frequentemente reempacotadas e apresentadas como inovações revolucionárias.

Ainda que a continuidade possa ser percebida como um ônus político, ela é indubitavelmente um bônus econômico. Basta lembrar que há apenas quatro anos atrás o risco Brasil batia recordes ao atingir níveis dez vezes maiores do que os atuais, e a cotação do dólar era quase duas vezes mais alta do que a de hoje. Em grande medida, a crise de 2002 refletiu o temor que a vitória prevista de Lula levasse o PT a romper com a agenda econômica do Plano Real. Como bem se sabe, isso não ocorreu, e a

¹ Ph.D. por Stanford e professor do Departamento de Economia da PUC-Rio escreve mensalmente neste espaço às sextas-feiras (<http://www.econ.puc-rio.br/mgarcia>).

continuidade das políticas macroeconômicas—sintetizadas pelo tripé superávit primário, regime de metas para a inflação e câmbio flutuante—permitiu que Lula pudesse estar hoje ainda mais bem posicionado eleitoralmente do que no pleito de 2002.

O ganho que a continuidade de política econômica representou para o país tende a ser subestimado. Programa econômico semelhante ao que Lula pregava antes da “Carta aos Brasileiros” é hoje defendido pela candidata do PSOL, mas pouca gente presta atenção. Ou seja, o Brasil graduou-se ao mostrar que, tal como nas democracias desenvolvidas, o poder pode transitar, e de fato transitou, entre forças políticas distintas sem que se arruine a economia do país. A comparação com a Bolívia de Evo Morales mostra de forma clara o quanto evoluímos.

Ainda que a manutenção da estabilidade tenha representado ganho significativo para o país, é necessário agora, mais do que nunca, enfrentar os desafios que se colocam para garantir o crescimento sustentado. No campo macroeconômico, a queda dos juros tem contribuído para que se torne mais claro que é no campo fiscal, e não no monetário e cambial, que está a principal ameaça ao crescimento.

Apesar de alguns economistas menos afeitos à contabilidade fiscal derraparem nos números e apresentarem equivocadamente um panorama róseo, a situação fiscal brasileira para os próximos anos torna-se cada vez mais difícil. O uso maciço dos dividendos dos bancos públicos para atingir as metas de superávit primário do mês passado apenas antecipa futuro sombrio: se nada for feito, a simples passagem do tempo inviabilizará o compromisso do superávit primário de 4,25% do PIB, a menos que se aumente a já exagerada carga tributária. Se o superávit primário não for mantido, a base da estabilidade macroeconômica será colocada em xeque. Para manter a inflação sob controle, a política monetária terá que ser ainda mais restritiva, o que elevará o déficit nominal e recolocará a dívida pública em trajetória explosiva.

Para evitar essa conjugação de fatores que dificultará ainda mais o crescimento sustentado, será imprescindível que o novo presidente aja de forma decisiva logo no início de seu mandato. Grande parte das medidas a serem tomadas é politicamente de difícil digestão. Não obstante, os desafios não poderão deixar de ser confrontados. O objetivo central é “fazer o governo caber no PIB”. Fabio Giambiagi e Paulo Levy propuseram, entre outras medidas, impor um teto declinante na razão gasto corrente / PIB, observando que isso não implica redução do gasto corrente, simplesmente sua expansão mais lenta. Será também necessário adequar as regras da previdência social aos recursos disponíveis, alinhando os benefícios à nova realidade demográfica. Nada disso é fácil, e a discussão no Congresso Nacional promete ser bastante complexa, ainda mais porque tais assuntos não estão sendo debatidos na hora oportuna, que é o período eleitoral.

Nos anos de chumbo, quando a economia brasileira chegou a crescer a taxas hoje consideradas chinesas, dizia-se que o bolo deveria primeiro crescer para então ser repartido. Lula surgiu na cena nacional lutando para que os operários do ABC pudessem ter uma parcela maior do bolo. A democracia que ajudou a reconquistar permitiu sua eleição em 2002. Caso reeleito, Lula enfrentará decisões muito difíceis. Se optar por não enfrentar os desafios fiscais, matará a chance do “espetáculo de crescimento” que já há algum tempo vem alardeando. Cometerá erro oposto ao que denunciou no início de sua

carreira política: gastará um eventual segundo mandato dividindo melhor um bolo que pouco cresce.

Para que se possa prosseguir na melhora dos indicadores sociais é preciso voltar a crescer. Para isso é preciso empreender reformas fiscais que reduzam o peso do dispêndio público no PIB. Oxalá os eleitos em 2006 se mostrem à altura dos desafios que têm pela frente.